

Aconteceu

Anistia acusa a polícia de torturar e liderar esquadrões

A polícia brasileira está envolvida na prática de tortura e assassinato de suspeitos sob custódia e frequentemente encabeça esquadrões da morte. Esta acusação está no

relatório *Brasil — acima da lei: tortura e execuções extrajudiciais nas cidades brasileiras*, divulgado pela entidade humanitária Anistia Internacional. (página 2)



Foto: Roberto Piquez/Memória

Na opinião da Anistia, a certeza da impunidade pelo abuso da força policial faz crescer a violência

Câmara aprova lei salarial da oposição

A Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei salarial elaborado pelos partidos da oposição, que prevê reajuste mensal pelo IPC para faixa até cinco salários mínimos. (página 7)

Collor chega aos 100 dias em decadência

Ao completar cem dias de governo, Collor amarga uma acentuada queda de credibilidade. Pesquisa do Data-Folha revela: não mais que 36% ainda aprovam seu governo. (página 3)

Assassino de Chico Mendes é condenado

(página 6)

036
1991

Anistia diz que a polícia tortura e encabeça esquadrões

A Anistia Internacional divulgou o relatório *Brasil — acima da lei: tortura e execuções extrajudiciais nas cidades brasileiras*. O documento acusa os policiais, civis e militares, de estarem torturando e matando suspeitos sob custódia e de encabeçarem os esquadrões da morte. Aponta também a ineficiência do Judiciário e a violação da Constituição. As vítimas são pobres, jovens e negros.

O levantamento abrangeu denúncias de ocorrências de 1987 a 1990. Segundo o relatório, o assassinato é a causa maior das mortes na Grande São Paulo. "Não há como saber quantas pessoas foram torturadas mas a evidência sugere que quase todos os detidos em conexão com crimes cor-

rem o risco de serem torturados", diz o documento, que comprova casos de execuções com dezessete fotos.

Para a Anistia, a ausência de investigações e de condenações por graves abusos resulta na aceitação de tais casos. Mas a entidade lembra que esse não é um fenômeno recente, pois as violações aos direitos humanos e os desaparecimentos somam centenas de nomes, durante o regime militar. Com dados da Arquidiocese de São Paulo, responsável pelo levantamento *Tortura nunca mais*, a Anistia mostra que de 1964 a 1979 eram praticados 238 tipos de tortura, e 242 centros clandestinos de tortura e 444 torturadores foram identificados. (*O São Paulo*, 21/06/90)

Prepotência marca a ação da polícia

Uma panela de pressão prestes a explodir, aquecida por um fogão onde o combustível é a prepotência, a incompetência e a impunidade. Assim os representantes de entidades de defesa dos direitos humanos e juristas descrevem a situação da violência oficial. "Estamos vivendo sob a legislação do pânico", afirma Marcio Thomaz Bastos, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). "Para combater a violência urbana, a polícia e o judiciário resolveram agir também com violência, e isso funciona como lenha na fogueira". Segundo Hélio Bicudo, a cultura autori-

tária faz da polícia uma fonte de violência, disfarçando a incompetência.

Segundo vários juristas, quando é violento, um policial se coloca no mesmo patamar do banditismo que o infrator da lei. Além das críticas à prepotência dos métodos ilegais, especialistas garantem que a tortura é absolutamente ineficiente. E, apesar das torturas, a criminalidade continua a se expandir nos bolsões de pobreza. Só em São Paulo, no ano passado, ocorreram 5 736 homicídios — quatro vezes o número de civis mortos no mesmo período no Líbano. (*Jornal do Brasil*, 24/06/90)

Constituição proíbe tortura

A Constituição proíbe expressamente tortura ou tratamento degradante, considerado crime inafiançável. Os seguintes direitos constam do artigo 5 da Constituição:

— A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa pelo mesmo indicada;

— O preso será informado de seus direitos, entre os quais de perma-

necer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

— O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

— Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

— A lei considerará crime inafiançável ou insuscetível de graça ou anistia a prática de tortura. (*O São Paulo*, 21/06/90)

Aconteceu

Nº 544

21 de junho a 4 de julho de 1990

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129
22211 - Rio de Janeiro - RJ
Fone: (021) 242-8847
Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP
Fone: (011) 825-5544

Editor
Edmilson Zanetti
MTb 15.192

Editor de arte
Flávio Irala

Editores assistentes
Ângela Galvão
Célio Correia de Castro
Elie Ghanem
Fany Ricardo
Magali do Nascimento Cunha
Marita Regina de Carvalho

Secretaria de redação
Beatriz Araújo Martins

Diagramação
Marta Cerqueira Leite Guerra

Paginação
Alfredo Salvador Vieira Coelho

Fotolitos e impressão
Tribuna da Imprensa/RJ

Aconteceu é uma publicação quinzenal do CEDI que reúne notícias dos jornais de maior circulação no país — que não necessariamente estão reproduzidas na íntegra — e colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. *Aconteceu* conta com a participação dos programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil (PIB), Movimento Camponês/Igreja (MC/I), Educação e Escolarização Popular (E-EP), Memória e Acompanhamento do Movimento Operário (MO) e Assessoria à Pastoral (Pp). As correspondências e assinaturas devem ser encaminhadas à redação: rua Santo Amaro, 129, CEP 22211 — Rio de Janeiro, ou por vale postal para a agência Largo do Machado nº 520845 — Rio de Janeiro — CEP 22221.

Assinatura anual
Cr\$ 300,00
Assinatura de apoio
Cr\$ 400,00
Assinatura exterior
US\$ 50

Apoio a Collor despenca em 100 dias

Ao completar os cem primeiros dias de governo, o presidente Fernando Collor sofreu uma acentuada queda em sua credibilidade. Essa é a principal revelação da pesquisa DataFolha realizada nos dias 18 e 19 de junho, quando foram feitas 5 251 entrevistas em 202 municípios. Na véspera da posse, Collor inspirava total confiança em 71% dos entrevistados. Agora, apenas 36% dos entrevistados consideram o governo ótimo ou bom.

Trabalhadores são os mais prejudicados pelo bloqueio

De torneira em torneira, empresas e instituições conseguiram liberar quase todos os seus cruzados novos. As diversas análises, inclusive do Banco Central, mostram que foi convertida mais da metade da quantia bloqueada pelo governo, cerca de US\$ 115 bilhões. Diante desse resultado, os poupadores que tiveram seu dinheiro confiscado chegaram a uma simples conclusão nesses cem dias de plano: "estamos pagando o pato da inflação". (Folha de S. Paulo, 23/06/90)

Cr\$ 4,8 milhões gastos com imagem pessoal

O gelo e o soro fisiológico que o médico Ulpio de Paulo Miranda aplicou na mão direita do presidente Collor após o acidente de 5 de junho na queima de cocaína, maconha e lança-perfume no Pantanal (MS) custaram Cr\$ 105,00. As despesas da viagem, entretanto, chegaram a cerca de Cr\$ 1 milhão.

Em nove atividades que tiveram conotação de *marketing* político em favor do presidente, o governo gastou pelo menos Cr\$ 4,8 milhões.

A explosão de pistas de garimpo em Roraima, a viagem de caça F-5 ao Rio de Janeiro e o mergulho de submarino na costa do Rio custaram mais Cr\$ 950 mil. (Folha de S. Paulo, 23/06/90)

A maioria relativa dos entrevistados (43%) classifica de *regular* o desempenho presidencial — na véspera da posse o DataFolha apurou o índice de 18%. Aumentou os que avaliam ruim ou péssima a administração: dos 4% que esperavam um baixo desempenho subiu-se para 19%.

A queda de Collor foi generalizada em todas as regiões do país. Attingiu seu nível mais acentuado no Rio de Janeiro, onde a principal lideran-

ça política é do ex-governador Leonel Brizola. Lá, 29% dos entrevistados classificam a administração péssima ou ruim, superando em quatro pontos os que consideram boa ou má.

A pesquisa mostra descrédito em relação ao cumprimento das promessas. Na véspera da posse, 24% dos entrevistados diziam que Collor iria cumprir *totalmente* suas promessas. Agora o número cai para 14%. (Folha de S. Paulo, 23/06/90)

Maioria dos projetos não foi cumprida

Passados cem dias da posse do presidente Collor, a equipe econômica ainda não conseguiu cumprir a maior parte das metas que o próprio governo estabeleceu. A inflação, que Collor comparou a um tigre que seria "liquidado com um só tiro", caiu drasticamente na segunda quinzena de março, mas os preços voltaram a subir nas semanas seguintes.

A meta de 2% de superávit para todo o setor público (administração federal direta, estatais, estados e municípios) foi afastada. O programa de privatização não começou a ser implementado; até agora, nenhuma estatal foi vendida. A renegociação

da dívida externa também está em compasso de espera.

O Ministério da Economia comprometeu-se a assegurar reajustes salariais sempre superiores à inflação. Os salários foram prefixados em zero em abril, mês em que o governo reconheceu uma variação de preços de 3,29% (expurgados os aluguéis e resíduos da inflação em cruzados). Em maio acabou a prefixação dos salários e admitiu-se oficialmente uma inflação (expurgada) de 5,38%. Os empregos e o nível de atividade econômica caíram, embora Collor tivesse prometido retomar o crescimento. (Folha de S. Paulo, 23/06/90)

STF já recebeu 25 ações contra o governo federal

O Supremo Tribunal Federal já recebeu 25 ações diretas de inconstitucionalidade contra atos do presidente Collor. Em apenas cem dias de governo, é a metade do número de ações movidas contra o ex-presidente José Sarney ao longo de um ano e cinco meses. "A obsessão em fazer o plano dar certo a curto prazo fez com que o presidente desrespeitasse várias vezes a Constituição, gerando um clima de intranquilidade", avalia o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante.

O conceito do governo Collor já não era bom nos meios jurídicos, ainda mais depois das sucessivas medidas provisórias proibindo a conces-

são de liminares contra o Plano Collor, quando veio a medida 190. Reedição da 185, que criava o efeito suspensivo em dissídios coletivos e havia sido rejeitada pelo Congresso, a 190 levou membros do governo ao ridículo. O porta-voz do Planalto, Cláudio Humberto Rosa e Silva, chegou a considerar "pouco respeitáveis" os que criticavam a medida. "Quem souber ler razoavelmente vai verificar que o teor não é o mesmo", declarou. Por nove votos a zero, o STF entendeu não apenas que o teor da 185 e da 190 era o mesmo, como também que a reedição da medida rejeitada é uma afronta à competência do Congresso. (Folha de S. Paulo, 23/06/90)

Área desmatada na Amazônia é comparada ao tamanho da Suécia

O desmatamento da floresta tropical amazônica é mais extenso do que previamente admitido, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

O Instituto afirma que 8% da floresta tropical da região amazônica, definida pelo governo brasileiro, foi destruída, em vez dos 5,6% anunciados em abril.

Os dados são de que há 404 mil km² de área desmatada — uma superfície equivalente ao tamanho da Suécia ou a queimar uma área do tamanho de um campo de futebol cada dois segundos durante um ano. O novo total resulta da utilização de técnicas mais sofisticadas de observação por satélite e da análise de partes da floresta que não foram estudadas detalhadamente.

Philip Fearnside, do Instituto Brasileiro de Estudos Amazônicos, disse que os dados indicam que a situação está cada vez mais grave, com sérias implicações sobre o efeito estufa.

Estes dados ainda são inferiores a informações de alguns ambientalistas de que até 14% dos 5 milhões de km² da Amazônia foram destruídos.

“O governo continua a fazer os mesmos erros da antiga administração Sarney”, disse Fearnside. Eles estavam incluindo a região do Cerrado no total da área desmatada, sem contabilizar os estragos feitos ali.

“Na verdade, a área total de floresta erradicada está entre 11 e 12%”, disse ele.

José Goldemberg, secretário de Ciência e Tecnologia, disse no Simpósio de Sensoriamento Remoto, em Manaus, que a estimativa do governo sobre desmatamento devido a queimadas ilegais era de 30 mil km², contra 24 mil km² por ano em média desde 1978. Devido a fortes chuvas este ano, a cifra para 1989 era inferior à de 1987, a mais elevada. (*Gazeta Mercantil*, 26/06/90)

Amazonas apresenta a maior taxa

O desmatamento da Amazônia Legal aumentou 46 mil km² entre 1988 e 1989, fazendo com que a área total desmatada na região passasse para cerca de 400 mil km². O estado que mais contribuiu para esse resultado no ano passado foi o próprio Amazonas, cuja área devastada passou de 16 mil km² em 1988 para 29 mil km² em 1989, conforme dados apresentados pelo secretário de Ciência e Tecnologia, José Goldemberg. (*Gazeta Mercantil*, 26/06/90)

Mata atlântica nordestina pode sumir até o ano 2000

O aumento de plantio de cana-de-açúcar na década de 80 reduziu drasticamente — de 2% para 0,1% — a mata atlântica original do Nordeste, segundo concluiu pesquisa realizada por cientistas do Museu Nacional em conjunto com cientistas de várias universidades nordestinas. Para preservar a mata remanescente, que abriga ainda grande diversidade de flora e fauna, o relatório que está sendo preparado pelos cientistas do Museu Nacional vai propor ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a criação de uma rede de unidades de conservação.

“Se o Ibama não agir rápido, até o final desta década os vestígios de mata atlântica desaparecerão do Nordeste”, avalia o chefe do Departamento de Vertebrados do Museu Nacional, ornitólogo Dante Martins Teixeira.

“A situação geral da mata atlântica no Nordeste se compara à de um doente terminal. É o estágio final de destruição de um ecossistema”, disse Dante Teixeira. Segundo o cientista, “o Pró-Álcool é um divisor de águas na destruição da mata atlântica remanescente no Nordeste, pois estendeu a monocultura da cana a todas as áreas, inclusive ladeiras e grotas”. (*Jornal do Brasil*, 22/06/90)

Apuradas irregularidades de barragens em Minas Gerais

A Assembléia Legislativa de Minas Gerais apurou, através de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), irregularidades nas licitações para a construção de barragens no estado. O projeto, realizado pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), prevê a construção de 14 barragens, a um custo de 170 milhões de BTN's (cerca de Cr\$ 7,7 bilhões). A CPI terminou ontem e aprovou o parecer do deputado Péricles Ferreira (PSDB).

Entre as irregularidades, está a

inexistência das licenças das obras pelos órgãos ambientais. As conclusões serão encaminhadas para o Ministério Público do Estado e Tribunal de Contas.

A CPI apurou também a falta de licitação na barragem de Machado Mineiro. Segundo Ferreira, foram usadas licitações de outras duas barragens (Calhauzinho e Caraibas) para a construção de Machado Mineiro, “que vai inundar 5,8 hectares da fazenda Varedão”, pertencente ao governador Newton Cardoso.

O plenário da Assembléia Legislativa deve votar, em regime de urgência, o parecer da CPI, que propõe, “se for o caso”, a promoção da responsabilidade do governador Newton Cardoso, e da diretoria da Cemig.

O presidente da Cemig, José Ivo Gomes Oliveira, disse que a barragem de Machado Mineiro — que deve estar pronta em dois meses — foi construída em “estado de calamidade”, e, por isso, não foi realizada licitação. (*Folha de S. Paulo*, 19/06/90)

Ecologista americano promete apoiar conversão da dívida

Quando começar a renegociar sua dívida externa com o FMI e com o comitê dos bancos credores internacionais, o governo brasileiro só terá a lucrar se, ao mesmo tempo, apresentar um amplo projeto de preservação ambiental que garanta a demarcação das reservas indígenas brasileiras, de reservas extrativistas e descarte a construção de grandes usinas hidrelétricas na Amazônia. Só em projetos de conversão de parte da dívida externa em programas de preservação da ecologia, o Brasil poderá receber uma injeção de US\$ 300 milhões.

A previsão é da ambientalista norte-americana Barbara Bramble, representante na América do Sul da National Wildlife Federation, maior entidade ecológica não-governamental dos Estados Unidos, com 6 milhões de associados, que esteve na semana passada no Brasil em contatos com entidades ambientalistas e uma audiência com o secretário

Projeto deu certo no Terceiro Mundo

Experiências de conversão da dívida externa em projetos de proteção ao meio ambiente já deram certo em outros países. A Bolívia foi a primeira a usar sua dívida para preservar a natureza. Em 1987, a entidade ambientalista norte-americana Conservation International foi autorizada pelo governo boliviano a comprar US\$ 650 mil de sua dívida externa através do Citicorp Bank — devido ao deságio, os títulos foram adquiridos na verdade por US\$ 100 mil. Em troca, o governo da Bolívia comprometeu-se a criar a Reserva Florestal de Chimane, de 1 152 ha, para a exploração auto-sustentada. Através da conversão de mais de US\$ 80 milhões da dívida, adquiridos pelos governos da Holanda e Suécia e por entidades conservacionistas da Europa e Estados Unidos, em dois anos a Costa Rica aumentou de 8% para 27% a área de parques nacionais. (*Jornal do Brasil*, 24/06/90)

do Meio Ambiente da Presidência da República, José Lutzenberger. “O governo brasileiro deve reiniciar as negociações com o FMI e bancos credores dentro de três meses e, se apresentar projetos concretos para a preservação do meio ambiente, terá

todo o nosso apoio para que obtenha uma redução da dívida”, garantiu Barbara Bramble.

A National Wildlife Federation exerce forte pressão sobre o Congresso dos Estados Unidos, onde possui fiéis aliados, como os senadores democratas Al Gore e Timothy Wirth, além do republicano Bob Kasten. A indicação do professor Lutzenberger para ocupar a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência repercutiu muito bem nos Estados Unidos e isso, segundo Barbara Bramble, poderá facilitar as coisas no momento de negociar a dívida brasileira. (*Jornal do Brasil*, 24/06/90)

A conversão da dívida em projetos de defesa do meio ambiente gera polêmicas, polarizando as opiniões do movimento ecológico. Este processo implica em clara legitimação de uma dívida contestada pelos mais amplos segmentos sociais do país, de sindicatos à OAB, das igrejas ao movimento popular. Como a dívida está estatizada, a conversão pressupõe um relacionamento com o Estado brasileiro, ao qual cabe responsabilidade significativa pela degradação da natureza. (Maurício Waldman/CEDI).

EUA criarão fundo antipoluição

Os Estados Unidos anunciaram sua disposição de contribuir para a criação de um fundo de ajuda às nações mais pobres, de modo que elas possam desenvolver tecnologias alternativas e modernizar as já existentes para uma redução da poluição atmosférica.

A promessa do governo norte-americano foi feita na segunda reunião entre representantes de mais de cem países que assinaram o Protocolo de Montreal, um documento firmado para garantir a proteção da camada de ozônio em 1987. (*O Estado de S. Paulo*, 21/06/90)

Alemanha reduzirá emissão de CO₂

A Alemanha Ocidental assumiu formalmente o compromisso de reduzir em 25% as emissões de dióxido de carbono (CO₂), o principal gás que aprisiona calor na atmosfera e provoca o efeito estufa, decorrente da queima de combustíveis fósseis, como petróleo e carvão. A meta será atingida no ano 2005 e terá como referência os níveis registrados em 1987. O Japão também se comprometeu, embora sem definir números, a reduzir ao máximo as emissões de CO₂ e mantê-las estáveis a partir do ano 2000.

Os compromissos foram assumidos por James Gustave Speth, presi-

dente do Instituto de Recursos Mundiais, de Washington, durante a sessão de encerramento da Conferência Regional sobre Aquecimento Global e Desenvolvimento Sustentado, realizada na Universidade de São Paulo. “Agora já são cinco países formalmente comprometidos com o controle ou a redução das emissões de CO₂”, disse Speth ao se referir à Inglaterra, Holanda, Suécia, Alemanha Ocidental e Japão. “Infelizmente”, lembrou ele, “o meu país, os Estados Unidos, está demorando muito para seguir o mesmo caminho e acho que vamos acabar isolados”. (*O Estado de S. Paulo*, 21/06/90)

Acusado de matar Chico Mendes é condenado

O Conselho de Sentença do Tribunal do Júri Popular de Xapuri condenou, no último dia 22, os irmãos Darci Alves Pereira e Oloci Alves da Silva à 12 anos de prisão por tentativa de homicídio.

Em maio de 1988 eles tentaram chacinar um grupo de seringueiros que participavam de um movimento contra a derrubada de um trecho de floresta no Acre.

Na ocasião, os dois fizeram mais de 20 disparos e atingiram gravemente dois seringueiros, Manoel Santos da Silva e Raimundo Pereira da Silva. Além desse atentado, os dois irmãos são acusados de envolvimento em vários assassinatos.

Este foi o primeiro julgamento realizado dos crimes contra seringueiros na região. Na delegacia de Xapuri tramitam sete inquéritos sobre a morte de trabalhadores rurais. Em pelo menos três deles existem indícios de participação da família Alves da Silva.

Darci, juntamente com seu pai, o fazendeiro Darli Alves da Silva, é também acusado de ter assassinado o sindicalista e ecologista Chico Mendes, em dezembro de 1988. Logo após o fim do julgamento de Darci e Oloci, a viúva de Chico Mendes, Ilzamar Gadelha, voltou a sofrer ameaças de morte num telefonema anônimo e protestou: "ao dizer-se

preocupado com a demora no julgamento dos assassinos de meu finado marido, o presidente Fernando Collor deveria mandar prender também os mandantes do crime". Entre esses mandantes ela cita o ex-prefeito de Rio Branco Adalberto Aragão da Silva, que tem fazendas em Xapuri, o ex-seringalista Gastão Mota e o deputado federal Rubem Soares Branquinho, candidato a governador pela coligação PL-PRN-PFL e, segundo Ilzamar, "simpatizante da UDR" (União Democrática Ruralista).

O novo companheiro de Ilzamar, vereador Júlio Nicácio (PT), aproveitou o assunto e emendou: "Não dá para entender essa preocupação do

presidente da República com o caso Chico Mendes e a ecologia. Será que o presidente não sabe quem são seus parceiros aqui no Acre? Será que ele não sabe que o ex-prefeito de Xapuri Vanderlei Viana e o vereador de Brasiléia, Luis Assém pertencem ao PRN, o partido dele?"

Os dois políticos a que Júlio Nicácio se refere foram citados por Chico Mendes numa carta às autoridades do estado dois meses antes de ser morto, apontando nomes de pessoas envolvidas com os grupos que tramavam o seu assassinato. (*O Globo*, 23/06/90; *Jornal do Brasil*, 23/06/90; *O Estado de S. Paulo*, 23/06/90)

Promotor acusa Collor de procurar ibope

O interesse do presidente Fernando Collor com o rápido julgamento dos assassinos do líder seringueiro e ecologista Chico Mendes não mereceu crédito junto às pessoas envolvidas com o processo judicial. "Ele está querendo ibope com isso", declarou, em Brasília, o promotor Eliseu Bouchmeier de Oliveira, que também responde pela comarca de Xapuri, onde o caso será julgado.

Em Rio Branco, capital do estado, o seringueiro Julio Barbosa de Aquino, sucessor de Chico Mendes na presidência do Conselho Nacional dos Seringueiros, questionou: "Por que essa preocupação com o julgamento se só duas pessoas estão na cadeia e todas as outras que o próprio Chico denunciou como interessados na sua morte continuam soltas?" (*Jornal do Brasil*, 14/06/90)

Osmarino denuncia à polícia quem trama matá-lo

Dizem que a história não se repete, mas no estado do Acre tudo é possível. Há dois anos o seringueiro Chico Mendes enviou às autoridades a lista de pessoas que tramavam sua morte. Não foi levado à sério e acabou baleado em dezembro de 1988. No último dia 26, o sucessor de Chico Mendes, Osmarino Amâncio Rodrigues, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia, enviou às autoridades a lista com os nomes das pessoas que tramam sua morte. (*Jornal do Brasil*, 27/06/90)

Anistia Internacional cita o Brasil por violência no campo

A organização humanitária Anistia Internacional, sediada em Londres, mencionou o Brasil esta semana em dois documentos: um sobre torturas e violência policiais nas zonas urbanas, e outro sobre violência no campo.

A Anistia enviou comunicação por escrito aos governadores Hélio Gueiros, do Pará, e João Alberto, do Maranhão, para que atuem com maior rigor no combate aos assassinatos na luta pela posse da terra, que só este ano provocou 18 mortes, 11 ocorridas nos dois estados.

Segundo o secretário-executivo da Comissão Pastoral da Terra, Jerônimo Nunes, "a Anistia Internacional está exigindo o fim da impunidade nos conflitos pela posse da terra, pois mais de 1500 trabalhadores rurais foram assassinados desde 1964 e apenas um fazendeiro foi julgado, e mesmo assim cumpriu a pena em liberdade".

Com o julgamento de Darci Alves Pereira e Oloci Alves, são três os julgados por crimes contra trabalhadores rurais no Brasil. (*Jornal do Brasil*, 15/06/90)

Acordo entre governo e colonos põe fim à ocupação

Após 23 dias de ocupação e negociações até a noite do último dia 22, 40 das 205 famílias de agricultores sem terra que ocuparam a Fazenda Capela, em Capela de Santana (a 66 quilômetros de Porto Alegre), concordaram em sair do local, para serem assentadas em três áreas adquiridas pelo governo gaúcho nos municípios de Bagé e Piratini, num total de 904 hectares.

As demais 165 famílias invasoras ficarão acampadas num centro de treinamento da Secretaria da Agricultura que faz divisa com a Fazenda Capela, aguardando a compra de mais áreas pelo governo, segundo acordo obtido pelo secretário da Segurança Pública, José Eichenberg.

O juiz de São Sebastião do Cai, Antônio da Silveira, tinha viajado à capital para solicitar a intervenção

federal no estado ao Tribunal de Justiça. Ele alegou que a Brigada Militar não lhe deu apoio para executar a reintegração de posse da fazenda que havia sido concedida ao proprietário em 1º de junho.

Segundo o agricultor Valdir Pedro Wathier, do Movimento dos Trabalha-

dores Rurais Sem Terra, o governo estadual propôs a ida de todas as 205 famílias para as áreas compradas em Bagé e Piratini, o que foi recusado pelos agricultores. Com a negativa, o secretário Eichenberg comprometeu-se a agilizar a compra de mais terras. (*Jornal do Brasil*, 23/06/90)

No Sul, famílias continuam acampadas

Na cidade gaúcha de Cruz Alta, 1,5 mil famílias de sem terra continuam acampadas na fazenda Boa Vista, do Incra, à espera da compra de 1 mil hectares prometidos pelos governos estadual e federal. No último dia 16, durante uma manifestação nas cerca-

ias de Cruz Alta, policiais militares reprimiram com violência os agricultores, resultando no ferimento a bala na cabeça do colono Ivo Lima, 19 anos. O rapaz foi operado e continua internado sob observação. (*Jornal do Brasil*, 23/06/90)

Agrotóxico intoxica 15 trabalhadores rurais em Magé

Quinze trabalhadores rurais da Fazenda Vera Cruz, município de Magé (RJ), foram intoxicados pelo agrotóxico Tordon 2,4-D, produto altamente venenoso, que aplicavam nas plantações sem qualquer equipamento de proteção, por ordem do proprietário da Fazenda, o médico José Badim. A maioria está sentindo fortes dores de cabeça, náuseas, tonturas, enjôos, cainbra nos braços e nas pernas e ardência nos olhos, além de apresentar inchações em órgãos internos.

A aplicação do produto, que começou há quatro meses, só foi interrompida há uma semana, depois que os trabalhadores denunciaram o caso ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Magé. Técnicos da Emater estiveram no local e constataram a gravidade do problema.

O sindicato já enviou carta aos secretários estaduais de Saúde e do Trabalho, informando a ocorrência e ainda esta semana realizará exames médicos em todos os intoxicados. (*O Globo*, 22/06/90)

Bóias-frias são aliciados no RN

Um ônibus que transportava 85 bóias-frias aliciados no Rio Grande do Norte para trabalharem em troca de "altos salários" na destilaria R. S. S/A, em Cidrolândia (MS), foi interceptado perto de João Pessoa (PB) pela Polícia Federal. Após ficar constatado que os números das identidades estavam adulterados e

que a destilaria não existe, o aliciador, também chamado "gato", Abdias Carlos de Oliveira foi indiciado e os bóias-frias, após prestarem depoimento, retornaram às cidades de origem. Suspeita-se que eles terminariam submetidos a regime de semi-escravidão em fazendas daquele Estado. (*Jornal do Brasil*, 14/06/90)

Entidades fazem manifesto contra atuação do Incra

A Associação Brasileira de Reforma Agrária, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores em SP e a Comissão Pastoral da Terra divulgaram no dia 20 um protesto contra a política do governo em relação à reforma agrária em São Paulo. Segundo o documento, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) "vem tratando com descaso a situação dos vários conflitos e acampamentos, tentando desmobilizar a reforma agrária". (*Folha de S. Paulo*, 21/06/90)

Agricultores vítimas da seca ameaçam saquear feirantes

Cerca de dois mil agricultores vítimas da seca ocuparam dia 27 as ruas de Tabira, no sertão do Pajeú (PE). Eles fizeram um protesto e pediram alimentos aos feirantes, ameaçando saqueá-los, mas foram contidos pelo destacamento da PM. O prefeito Rosalvo Sampaio disse que a metade dos 32 mil habitantes da cidade passa fome. No período de 1979 a 1983, dos 28 milhões de nordestinos atingidos pela seca, 700 mil morreram de fome e de fraqueza. A afirmação é de Álvaro Pantoja, do Centro Nordeste de Animação Pastoral.

Traficantes assassinam freira em Nova Iguaçu

Tráfico de drogas aliado a interesses de posseiros contrariados — estas foram as causas encontradas pela polícia para o assassinato da irmã Filomena Nunes Filha, da Diocese de Nova Iguaçu, RJ. Irmã Filomena foi encontrada morta no dia 8 de junho ao volante da caminhonete Saveiro da diocese, com um tiro na cabeça. O carro foi encontrado num terreno baldio em Belford Roxo.

Irmã Filomena havia recebido de dom Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu, a missão de coordenar a distribuição de lotes e a construção de casas nas Favelas da Viga e da Posse, à margem do Rio Bota. Para facilitar seu trabalho, a diocese comprou a Saveiro, que a irmã usava para transportar material de construção.

O coordenador da Comissão de Justiça e Paz da diocese de Nova Iguaçu, frei Luís Tomaz, disse que o terreno onde foram erguidas as favelas tinha sido invadido por desabrigados, que perderam suas casas em enchentes. Os favelados iam ser despejados e a diocese comprou o terreno, designando irmã Filomena para coordenar a distribuição dos lotes. As casas estavam sendo construídas em mutirão, com a orientação do engenheiro Antônio Zychdl e a ajuda financeira da diocese de moradores e co-

Religiosos rompem com os traficantes

Padres, freiras e seminaristas da Baixada Fluminense desenvolveram uma dura convivência com os traficantes, aprendida em morros e favelas onde realizam trabalhos pastorais. Em locais de alto risco, por ordem dos traficantes, deveriam piscar o farol do carro duas vezes para que os bandidos autorizassem sua permanência nas comunidades. Esse rigoroso código de comunicação (e dominação) chegou ao fim, com o assassinato da irmã Filomena Lopes.

Os religiosos confirmaram que a freira morreu porque os traficantes não se conformaram com a distribuição dos lotes e casas organiza-

da por ela. Eles exigiram que fosse dada uma casa para cada membro da família do tráfico. A irmã não concordou, temendo que as famílias mais pobres ficassem sem teto. Segundo frei David Raimundo dos Santos, de São João de Meriti, as *gangs* do pó respeitavam o trabalho missionário, e de certo modo os religiosos viam o tráfico e os grupos de extermínio como resultantes do mesmo sistema que produz a fome, a miséria e as doenças das populações marginalizadas. Surgiu, neste contexto, a regra da convivência mútua, agora abalada com o assassinato. (*O Dia*/Rio de Janeiro, 17/06/90)

merciantes. Na Favela da Viga, foram construídas 158 casas, uma creche, um salão paroquial e a igreja de São Francisco de Assis. Duas moradoras da Favela da Viga acusaram Eunice Nunes Barbosa como mentora do crime, que teria sido praticado por vingança por Edinaldo e Erinaldo Nunes Barbosa, filhos de Eunice. Há cerca de um ano, Eunice foi presa

na favela com maconha e cocaína e acusou a irmã de tê-la denunciado à polícia. Ao ser posta em liberdade, agrediu Filomena com um guarda-chuva. Segundo ainda as informantes, Edinaldo e Erinaldo seqüestraram a irmã, depois que ela se recusou a lhes dar dois lotes. Erinaldo e Edivaldo estão condenados a 25 anos de prisão por dois homicídios.

A comunidade ficou muito abalada com a morte da irmã Filomena. Várias missas foram rezadas. O bispo Adriano Hipólito este reunido com integrantes da Comissão de Justiça e Paz, do Fórum Contra a Violência e de outras entidades da Baixada, para organizar uma manifestação para o dia 7 de julho, quando haverá uma caminhada da porta do Instituto Santo Antônio até a Favela da Viga, onde a irmã Filomena distribuía lotes de terra a favelados. "Haverá a caminhada e uma missa ecumênica", disse dom Adriano.

A polícia ainda não prendeu os irmãos acusados de terem assassinado a irmã. Dom Adriano espera que a polícia prenda os assassinos. E diz que a luta em defesa dos pobres, com trabalho nas comunidades, irá continuar. (*Jornal do Brasil*, 09/06/90; 20/06/90; 25/06/90)

Parece uma notícia comum do "Rio de crimes" que a imprensa traz à tona diariamente. No seu leito, no entanto, além de todo circuito de impunidade policiais, encontra-se outra interseção difícil. Para a Pastoral Popular o confronto com a violência e o tráfico de drogas é cada vez mais complexo. Procurando respeitar as formas de organização do povo depara-se com muitas inversões de valores e com as silenciosas relações de "cumplicidade" entre os "chefes" locais do narcotráfico e as comunidades. As relações autoritárias históricas e brasileiras de uma cidadania expropriada e Estado imposto remetem a um estado de direito que é quase a ordem pelo avesso: a autoridade é pela força do "bandido" popular.

Nesse universo, para quem vê as coisas de fora, os limites éticos são claros, mas para quem se encontra imerso ou navegando na ponta da corrente dos conflitos tornam-se decisões ético-morais dia a dia. E, haja fé para estabelecer os limites de riscos entre a morte do próprio agente e/ou a morte de alguém irmão/morador/necessitado.

Extraír as consequências destes fatos dramáticos nos deixa solidários e na expectativa de superação: que o Estado (polícia) se converta ao serviço da justiça dos cidadãos; que estes casos sejam mais que martírios eclesiais, mas vidas de pessoas envolvidas em trabalhos em constante necessidade de reformulação aprendido e risco. (Rafael Soares de Oliveira/CEDI, 26/06/90)

Polinter quer prender bispo Macedo

O chefe de investigações da Polinter, delegado Irineu Barroso, pretende pedir ao juiz da 18ª Vara Criminal a prisão preventiva do pastor Edir Macedo Bezerra, dirigente máximo da Igreja Universal do Reino de Deus. O delegado classificou de "obstáculo ao trabalho da justiça" a ausência de Edir Macedo, intimado a comparecer à Polinter para depor ao inquérito em que é acusado de estelionato, charlatanismo e curandeirismo.

"Ele é um rebelde, um prepotente", disse o delegado Barroso, que esperou durante toda a semana pelo comparecimento do indiciado. "Está na hora de pedir a prisão de Edir Macedo, que vem demonstrando desrespeito às autoridades constituídas". O delegado solicitará do juiz que se faça um exame psiquiátrico no pastor, sob a alegação de que ele estaria induzindo à realização de lavagem cerebral nos fiéis.

"Ele tem uma personalidade psicopática, sociopática e amoral, própria dos estelionatários", afirmou o delegado. Em função das tumultuadas sessões religiosas, promovidas pela Igreja Universal no Maracanã (na última, em abril, 88 fiéis ficaram feridos ou passaram mal e uma mulher teve ataque cardíaco e morreu). O

delegado pedirá à administração do estádio que não autorize mais qualquer reunião, até que haja decisão judicial.

O inquérito contra os dirigentes da Igreja Universal do Reino de Deus foi instaurado no final de 1988, quando o procurador geral da Justiça, Afrânio Silva Jardim, assistiu a um vídeo com cenas de uma das sessões de curandeirismo no Maracanã. Ao vê-lo, o procurador descreveu um cenário "que mais se aproxima das seitas bárbaras da Idade Média".

Um detalhe, que demonstra a "engenhosa encenação", chamou a sua atenção: uma mulher jovem, que diziam estar possuída pelo demônio, caiu ao solo por ordem do pastor. No entanto, mesmo endemoniada, a jovem preocupou-se em puxar o vestido para tapar parte do busto, que ficara descoberto. "A toda evidência, o pudor nunca foi, ao que se sabe, preocupação de demônios", diz o procurador.

O delegado Irineu Barroso em sua petição ao juiz informa que há no inquérito "provas suficientes" dos crimes do pastor Edir Macedo. O pedido de prisão ainda será apreciado pelo juiz. (*Jornal do Brasil*, 26/06/90 e 29/6/90)

Justiça do Rio autoriza cirurgia proibida pelos Testemunhas de Jeová

Cristiana Maciel, de 7 anos, será operada no Rio de Janeiro, de um tumor no cérebro. Ela pertence à Testemunha de Jeová, que proíbe seus fiéis de receber outro tipo de sangue que não seja o da própria pessoa, por considerá-la pura. Apesar da proibição da mãe e dos membros da sua igreja, a operação se realizará, com transfusão de sangue se necessário, graças à autorização do juiz de menores Liborni Siqueira.

O chefe da Pediatria do Hospital Souza Aguiar, Lauro Monteiro Filho, contou que em certo momento houve um impasse entre os médicos que defendiam a cirurgia da criança, e a

mãe, o pastor e membros da igreja, que diziam basear-se na Bíblia argumentando que Cristina ficaria impura se recebesse sangue de outra pessoa. "A mãe acredita numa vida futura e disse que se não seguisse os preceitos bíblicos seria castigada. Ela fala em cura espiritualista", lembrou o médico.

A mãe da criança, Maria Raimunda Maciel, viúva, sete filhos, vive da ajuda dos quatro filhos mais velhos que trabalham. Frequentadora da seita há 22 anos e batizada há 16, ela já põe em dúvida a própria crença: "Não sei até onde vai minha fé.". (*Jornal do Brasil*, 26/06/90)



ELEIÇÕES
& IGREJA

Sem voto evangélico

As lideranças das igrejas evangélicas de Minas Gerais reuniram-se, na semana passada, para decidir quem irão apoiar na sucessão estadual. Depois de queixas generalizadas contra os últimos candidatos pelos quais fizeram campanha, os líderes evangélicos, que calculam ter um rebanho de 1 milhão dos 9,5 milhões de eleitores do Estado, chegaram a uma conclusão: não vão apoiar nenhum candidato ao governo. "Sempre que levamos um nome aos fiéis, ficamos descreditados", queixou-se o deputado estadual Antonio Genaro. "Nossas reivindicações nunca são atendidas", completa. (*Veja*, 13/06/90)

Busca de respaldo

O advogado Alberto Felipe Haddad, que intermediou a venda da TV Record para o pastor Edir Macedo, encontrou-se com o presidente Fernando Collor por uma razão especial: a bênção do presidente para sair candidato a vice-governador, pelo PRN, na chapa pedessista de Paulo Maluf. (*O Estado de S. Paulo*, 12/06/90)

Exigência

Pastor Fanini e João Batista da Costa, pré-candidatos do PTB ao Governo do Rio, deixaram claro ao presidente nacional do Partido, Paiva Muniz, que só aceitarão abrir mão da chapa em apoio à candidatura do senador Nelson Carneiro se o PMDB desse a vaga de vice ao PTB. A coligação já foi feita... (*O Dia*, 19/06/90)

Auto-suficiente

Ninguém é mais radical do que o deputado estadual Antônio Amaral, candidato a governador pelo PRN de Mato Grosso: "Coligação eu só faço com Deus". (*O Estado de S. Paulo*, 12/06/90)

Kaingang de Iraí brigam por suas terras

Está cada vez mais complicada e acirrada a disputa de uma gleba de 250 hectares às margens do rio do Mel, em Iraí (RS), entre entidades ecológicas, prefeitura e uma comunidade de índios Kaingang. A disputa dura cinco anos, ela começou depois que técnicos da Funai, alertados pela Associação Nacional de Apoio aos Índio (Anai), descobriam que existia uma área de 250 ha em Iraí, que pertence aos indígenas. A Constituição brasileira assegura o direito dos in-

dios a esse tipo de área. Dentro dessa gleba o governo estadual mandou construir um aeroporto e a prefeitura permitiu a entrada de camponeses.

A briga começou, tendo como armas medidas judiciais e trocas de palavras ásperas entre as pessoas envolvidas, através das emissoras de rádio da região. Há dois meses, a entidade ecológica de Iraí, associação Pró-rio do Mel (Apromel) entrou na justiça Federal de Passo Fundo com uma medida judicial para preservar o rio

do Mel e a mata ao seu redor. Segundo o advogado da Apromel, João Ues, a instalação dos Kaingang ali acabaria determinando a devastação ambiental. E mais acabaria comprometendo as fontes de água mineral. Também não há interesse da prefeitura de que os índios permaneçam naquela área. Há inclusive a intenção de conseguir permutar aquela gleba por outra, revela o secretário da Administração Adelino Luiz Miron. (*Zerco Hora/Porto Alegre, 10/06/90*)

Transamazônica é bloqueada por posseiros expulsos das terras dos índios Arara

A rodovia Transamazônica foi bloqueada no dia 12 de junho, entre Uruará e Medicilândia, por cerca de 400 famílias de posseiros, despejadas das terras dos índios Arara. O despejo foi realizado por homens da Polícia Federal para cumprir uma decisão da Justiça Federal em atendimento a uma ação da Funai.

Há mais de cinco anos os colonos invadiram a reserva dos Araras, a 40 km de Medicilândia. Em setembro do ano passado, estes índios saquea-

ram várias casas dos posseiros, incendiaram outras e determinaram que nenhum branco poderia ficar do lado direito da estrada Transamazônica que corta a reserva. Os posseiros acamparam perto de um igarapé e destruíram a ponte provocando grande engarrafamento na estrada, apesar do tráfego ser pequeno. Agora eles voltaram ao mesmo local e tornaram a bloquear a estrada à altura do km 130. (*O Liberal e Correio Braziliense, 13 e 14/06/90*)

Índio canadense visita os Kaiapó

O índio Cree, Mattew Coocome, veio ao Brasil para trocar experiências de lutas com os índios Kaiapó, foi visitar Paiakã, em sua aldeia, Aukre, no sul do Pará, queria saber como os Kaiapó conseguiram evitar, através de uma grande mobilização nacional e internacional, que o governo brasileiro consumasse a construção do complexo Hidrelétrico do Xingu. O projeto teria efeitos desastrosos, além das 12 aldeias indígenas que seriam atingidas, os lagos das barragens de Cararaô, Babaquara, Kokraimoro, Ipixuna, Jarina, no rio Xingu e um no seu principal afluente, rio Iriri, inundariam 18 mil quilômetros quadrados.

Coocome quer saber se os Kaiapó e Cree podem atuar juntos, de

agora em diante na defesa da ecologia. Ele acha, contudo, que os países do Terceiro Mundo precisam se desenvolver, conciliando tecnologia, progresso científico e preservação ambiental. O cacique canadense quer aprender a tática de mobilização dos Kaiapó para evitar que 10% de sua reserva sejam inundados pela segunda fase da hidrelétrica de Baía James, no sul do Canadá, que está sendo projetada para vender energia para os Estados Unidos. "Os índios precisam ser escutados. Quem mais do que nós, os índios, conhece o funcionamento dos ecossistemas naturais?", indagou. Para ele os índios têm que participar de todas as negociações e discussões dos projetos hidrelétricos. (*O Liberal, 17/06/90*)

Inspeção

O Ministério da Justiça solicitou à direção da Funai a lista dos próximos demitidos. O governo não quer mais troços como o caso de afastamento dos únicos tradutores Yanomami da Funai (*Folha de S. Paulo, 26/06/90*)

Pistas

O Secretário Nacional do Meio Ambiente, José Lutzenberger, disse que para retirar os garimpeiros da terra dos Yanomami, "não é bombardear pistas, mas controlar o fluxo de óleo diesel, para impedir o reabastecimento dos aviões". (*Folha de S. Paulo, 28/06/90*)

Documento da ESG

Lutzenberger criticou o documento "Estrutura do Poder Nacional para o ano 2001", da Escola Superior de Guerra (ESG), que admite a utilização de recursos bélicos na Amazônia para combater o contrabando, o narcotráfico e as organizações não governamentais indigenistas e preservacionistas. (*Folha de S. Paulo, 28/06/90*)

Em disponibilidade

O índio Davi Yanomami, ganhador do Prêmio Global 500 da ONU e um dos três intérpretes da língua Yanomami em RR, foi colocado em disponibilidade pela Funai. No dia 22, foi avisado por rádio de seu afastamento. (*Folha de S. Paulo, 23/06/90*)

Gavião não querem ficar com 'mico' e ameaçam bloquear ferrovia de Carajás

A comunidade indígena Parkatege do sul do Pará, conhecida como índios Gavião enviou através do Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), uma carta à Ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Mello onde expõe a situação que se encontram depois do bloqueio do Plano Collor:

"A Estrada de Ferro Carajás cortou a reserva indígena de Mãe Maria numa extensão de 17 km. Para permitirem que isso fosse feito os índios Gavião reivindicaram um 'pedágio' mensal e perpétuo, para que fossem ressarcidos dos prejuízos ecológicos, especialmente o afastamento dos animais, atemorizados pela passagem constante dos longos e pesados comboios, que fazem tremer a terra.

"A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) não pode aceitar o compro-

misso do 'pedágio', mas destinou uma importância de três bilhões de cruzeiros (novembro de 1984) para constituição de um fundo de recursos, para fazer frente, entre outras coisas, às necessidades de sobrevivência da comunidade, realmente afetada com a passagem da ferrovia.

"Este fundo foi efetivamente criado e depositado em conta de caderneta de poupança vinculada à CVRD, sendo os juros mensais da aplicação liberados diretamente à comunidade. Fato que ocorria normalmente e sem problemas desde dezembro de 1984.

"Com o Plano Brasil Novo este fundo foi bloqueado e a comunidade não pode mais receber os juros, passando a enfrentar sérias dificuldades de sobrevivência.

"Para os índios Gavião não é fácil entender esta nova situação, já que

é quase impossível para eles distinguirem entre a Administração Federal e a estatal Vale do Rio Doce, e estão convencidos de que a mesma mão que os indenizou em 1984 revogou esta indenização em 1990, e estão revoltados, porque se sentem enganados pelos 'brancos' e em vias de reiniciar os movimentos de bloqueio da estrada de ferro para que seja recomposta a indenização.

"Tendo em vista que esta caderneta de poupança já era bloqueada, porque eram disponíveis apenas os juros mensais de 0,5%, os índios Gavião vem consultar Vossa Excelência sobre a possibilidade da liberação destes juros mensais em cruzeiros para fazer frente ao sustento da comunidade, mantendo o principal e a correção monetária bloqueados." (*Carlos Marés de Souza/NDI, 21/06/90*)

Situação dos Yanomami piora e mortes continuam

Após 166 dias do início da operação de retirada dos garimpeiros das terras Yanomami, em Roraima, a situação dos índios piorou e as mortes continuam. Em abril e maio, houve uma média de 130 internações na Casa do Índio, alojamento de trânsito transformado em hospital mantido pela Funai, em Boa Vista, capital de Roraima. Segundo o médico Oneron Pithan, houve uma média semanal de dois óbitos de Yanomami em maio. Esses são os números conheci-

dos, muitos índios adoecem e morrem na floresta sem que se saiba, pois os Yanomami não falam de seus mortos.

As doenças são transmitidas pelos garimpeiros invasores da reserva Yanomami. Hoje há uma epidemia de malária e um surto de coqueluche, que, associados à desnutrição, causam as mortes. O maior número de óbitos tem ocorrido na área de Homoxi-there, próxima à pista de pouso Jeremias. Interditada pela Polícia Federal, a pista continua em operação

normal, apesar do período de chuvas. Depois que a Polícia Federal abandonou a pista, os funcionários da Funai, que atendiam cerca de 300 índios, retiraram-se em meados deste mês de junho, após ameaças dos garimpeiros, segundo João Carlos Niccoli Soares, administrador regional da Funai em Roraima — que tem advertido frequentemente a sede do órgão em Brasília sobre operações de garimpeiros nas terras Yanomami. (*Folha de S. Paulo, 22/06/90*)

Desmatamento na terra dos Uru-Eu-Wau-Wau

Dez mil árvores de madeira nobre foram derrubadas na Área Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, entre os municípios de Jaru e Ariquemes, com a conivência da Funai. A denúncia é do sertanista Carlos Ismael de Lucena Filho, que afirma ter sido demitido do cargo de responsável pelo Posto Indígena Nova Floresta, em Jaru, depois de relatar em Brasília, à Procuradoria-Geral da República e a direção da Funai, o desmatamento que afetou às comunidades abrangidas

pelos postos indígenas Cajueiro, Alto Jaru, Comandante Ari e Trincheira.

Lucena Filho explicou que a administração regional da Funai em Rondônia fez um acordo com algumas madeireiras para a retirada de duas mil toras que já haviam sido cortadas, com a condição de que as empresas construíssem estradas, pontes, postos de saúde e escola para os índios Uru-Eu-Wau-Wau.

Mas o acordo não foi cumprido, acrescenta Carlos, nem foi respei-

tado o limite de remoção das toras e a derrubada já atinge 20 km de extensão na linha 621, em Jaru. O sertanista afirma que o responsável pela derrubada das árvores é um homem identificado como José Luis, de Ji-Paraná. Ele diz que os índios estão passando privações enquanto as madeireiras agem livremente. "Atrás uma moto serra que apreendi foi devolvida a uma das empresas, a Cometa", conclui o sertanista. (*Jornal de Santa Catarina, 17/06/90*)

Oposição aprova sua proposta de lei salarial na Câmara

A Câmara dos Deputados aprovou, por voto de todas as lideranças, o projeto de lei salarial elaborado pelos partidos de oposição. O projeto prevê o reajuste mensal pelo IPC integral do mês anterior para a faixa até cinco salários mínimos (Cr\$ 19 mil), reajuste trimestral pelo IPC para a faixa entre cinco e dez mínimos com gatilho mensal de 5% e livre negociação acima de dez salários mínimos.

Mas o texto pode ser modificado, quando serão votadas as emendas apresentadas ao projeto.

Os líderes governistas tentaram ontem mesmo aprovar uma emenda que modifica o projeto, mas não conseguiram. Na votação de lideranças

o governo foi derrotado. Ainda tentou a aprovação em votação nominal, mas a sessão não teve o quórum mínimo de 248 deputados. Apesar de não ter sido válida, na votação nominal o governo perdeu por 173 votos a 61, com uma abstenção.

A emenda prevê reajuste trimestral para a faixa até três salários mínimos (Cr\$ 11,5 mil).

Entre três e seis mínimos (Cr\$ 22,8 mil), a proposta é de reajuste semestral, mas com um gatilho de 10% — toda a vez que a inflação acumulada atingisse esse índice o total seria incorporado ao salário. Acima de seis mínimos, livre negociação. Os líderes do PL, Afif Domingos, do PTB, Gastone Righi, e do PDS,

Amaral Netto, se comprometeram, caso seja aprovada a emenda, a derrubar eventuais vetos do presidente. O líder do PFL, Ricardo Fiuza, disse que se empenhará para que o projeto seja sancionado, sem se comprometer a derrubar eventuais vetos de Collor.

Até quarta-feira, o líder do PRN na Câmara, Renan Calheiros, Fiuza, e Righi não admitiam negociar qualquer projeto que reindexasse os salários. A postura mudou ontem, diante da pressão de suas bancadas. Muitos deputados procuraram suas lideranças para dizer que não poderiam votar contra uma lei que beneficiaria os trabalhadores. (*Folha de S. Paulo*, 29/6/90)

Medida do governo arrocha salário

A medida provisória 193, que regulamenta a política salarial, é confusa e não atende às necessidades dos trabalhadores. O Dieese analisou os doze artigos que compõem a MP e apontou cinco pontos negativos:

1) a MP só recompõe as perdas salariais a partir da data-base de cada categoria, o que significa que trabalhadores terão que conviver com um arrocho salarial de até um ano;

2) a metodologia para o cálculo de reajuste será pela média de inflação entre uma data-base e outra e não pela reposição integral, não garantindo assim a manutenção do po-

der aquisitivo do trabalhador;

3) o FRS (Fator de Recomposição Salarial), que determina o índice de reajuste, será estabelecido pelo governo no início de cada mês, baseado na inflação estimada, mas a MP não estabelece o critério de correção da estimativa caso esta não esteja certa;

4) a MP excluiu do direito de reposição os funcionários públicos, aposentados e pensionistas;

5) o último é o fato de a MP tornar nulo qualquer acordo entre trabalhadores e empresários que não respeitem os critérios da nova política salarial. (*Jornal da Tarde*, 27/06/90)

Desemprego é o mais elevado desde 1985

A taxa de desemprego voltou a crescer em maio na Grande São Paulo e alcançou 11,6%. Mais 86 mil pessoas foram dispensadas elevando o contingente de desempregados para 947 mil, quantidade sem precedentes desde maio de 1985, segundo a pesquisa Seade/Dieese para aquele mês.

Nos cinco primeiros meses 404 mil trabalhadores perderam seus postos de trabalho. Os chefes de família foram os mais atingidos, no segundo mês consecutivo em que aparecem como grandes sacrificados. (*Folha de S. Paulo*, 19/06/90)

Campanha quer resgatar memória

Sindicalistas e algumas entidades se reuniram no Rio de Janeiro, dia 25, para discutir a recuperação da memória das lutas dos trabalhadores, dando encaminhamento às resoluções do 3º Encontro Nacional de Documentação Operária e Sindical, realizado em setembro de 1989, no Instituto Cajamar.

Estiveram presentes representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Rio de Janeiro, Centro de Memória Ferroviária, Centro de Imagens da Terra e Fase.

Dentre as questões básicas ressaltam-se: como transformar a memória do trabalhador em algo que faça parte do seu dia-a-dia de lutas, como realizar uma campanha de esclarecimento e conscientização pela recuperação de sua memória e, como envolver os sindicatos na realização desses objetivos.

Formou-se um grupo de trabalho que levará aos sindicalistas do Rio de Janeiro questões básicas, através de visitas e oficinas sobre memória e documentação. (*CEDI*)

Inaugurada Escola Sindical 7 de Outubro

Foi inaugurada de 26 a 28 de junho a sede da Escola Sindical 7 de Outubro, em Belo Horizonte (MG). O nome "7 de Outubro" é uma referência ao massacre de trabalhadores em Ipatinga, ocorrido em 1983, durante uma greve da Usiminas.

A escola terá como objetivo formar em administração e política sindical; estudar e pesquisar recursos pedagógicos e condições de vida e trabalho dos trabalhadores e publicar os resultados desses estudos.

Trabalhadores fazem greve ecológica

Trabalhadores de mais cinco empresas de São Bernardo do Campo e Diadema aderiram à "greve ecológica" — paralisação que leva nomes de animais — por reposição salarial de 166%. Agora já somam 21 empresas com 20 mil metalúrgicos em greve. Os metalúrgicos da Brastemp fazem a operação abelha (onde uns voam, outros fazem cera) para diminuir o ritmo da produção. Na Macisa a greve levou o nome de "Marruá" porque os trabalhadores "viraram onça" depois que a empresa chamou a polícia para tirá-los da fábrica. (*Diário do Grande ABC*, 21/06/90)

Balanco das greves

Dos 370 mil metalúrgicos da cidade de São Paulo, estão parados cerca de 15 mil em 22 empresas.

Em Taubaté os 6,6 mil trabalhadores da Volkswagen pararam no dia 25 por tempo indeterminado reivindicando reajuste de 166% a partir da data-base, 1º de abril. O presidente do sindicato, Valter Rodrigues de Salles, disse que foram os próprios trabalhadores que chamaram o sindicato para dar início à greve.

Em greve há 16 dias, os 12,2 mil trabalhadores da Embraer voltaram ao trabalho, no dia 22, após a aceitação da proposta de reajuste de 75,3% feita pela empresa. O reajuste será parcelado. (*O Globo*, 23/06/90)

Dirigente da CGT é preso por tentativa de homicídio

O presidente do Sindicato dos Têxteis de Santo André (CGT), Nivaldo Parmejani, foi preso dia 28 em flagrante por dupla tentativa de homicídio. Segundo testemunhas, ele disparou dois ou três tiros contra dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) durante a assembléia na porta da Rhodia Têxtil, em Santo André, em greve desde o dia 27. A CUT comanda a greve na unidade química da Rhodia e estendeu o movimento à fábrica têxtil, que fica em frente a outra.

Banco do Brasil caçará sindicalistas e grevistas

O Banco do Brasil aproveitará a reforma administrativa para tentar afastar os funcionários envolvidos com o movimento sindical ou que participarem de greves. O presidente do Banco do Brasil, Alberto Policaro, enviou a todos os gerentes uma circular classificada como "estritamente confidencial", pedindo que eles façam uma lista identificando os funcionários que "lideram movimentos contrários ao bom senso e comprometem a cadeia de comando ao arremeterem subordinados contra os superiores". Esses servidores devem ser os pri-

meiros a serem afastados pela reforma administrativa no banco.

Policaro "recomendou" na circular que as listas com os nomes dos "desordeiros" fossem enviadas ao seu gabinete até o dia 18 de junho passado e pediu que as relações fossem mantidas em sigilo. Ele disse aos gerentes que pretende contar com um "cadastro permanente" desses funcionários para definir quem serão afastados, acrescentando que "esses homens e mulheres não são convenientes e devem deixar o banco". (*Folha de S. Paulo*, 21/06/90)

Proposta da Fiesp é recusada

O grupo 19 da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) apresentou uma nova proposta salarial aos metalúrgicos do ABC e do interior de São Paulo que prevê um reajuste de 45% sobre os salários pagos em 31 de março. Este seria concedido de forma escalonada, sendo 5% de aumento real em abril, 20% de antecipação em junho e 15% também de antecipação em julho.

Os sindicatos ligados à CUT informaram que dificilmente a categoria irá aceitá-la. "Não podemos aceitar esta proposta porque, nas empresas em que os trabalhadores já tiveram reajustes, com os descontos das antecipações, perderiam em média

13%", afirmou Heiguiberto Della Bella Navarro, vice presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, e coordenador do departamento dos metalúrgicos da CUT.

Os sindicatos filiados à Federação dos Metalúrgicos de São Paulo também rejeitaram a proposta da Fiesp. A reivindicação da categoria — com data-base em abril — é de 166,89%.

Segundo Navarro, foi apresentada na mesma reunião uma nova contraproposta reivindicando um reajuste de 84,32%, referente às perdas anteriores ao Plano Collor. "Isto é o mínimo que podemos aceitar", afirmou. (*Gazeta Mercantil*, 22/06/90)

Junto com Parmejani foram detidos e depois liberados 28 elementos que não pertencem à categoria em greve e mais o foragido da Justiça Edson de Oliveira. Os detidos alegam ter recebido Cr\$ 1,5 mil em média de "vários sindicatos" para participar da assembléia. O tiroteio começou por volta de 7 horas e causou tumulto, além de depredação de carros da CUT. Não houve feridos. A briga fez reviver a velha rivalidade entre o Sindicato dos Têxteis, que se diz independente mas colaborou para a

criação da CGT no ABC, e o Sindicato dos Químicos, quartel da CUT.

O flagrante foi lavrado com base na queixa prestada por dois militantes da CUT — Claudir José dos Santos, secretário-geral do Sindicato dos Químicos, e Sérgio Paulo Messias, motorista do sindicato — vítimas da tentativa de homicídio e de mais oito trabalhadores que serviram de testemunha. Numa viatura do Sindicato dos Têxteis foram encontrados mais de dez porretes. (*Estado de S. Paulo*, 29/06/90)

Plano de alfabetização é criticado em Belo Horizonte

1990

ANO INTERNACIONAL
DA
ALFABETIZAÇÃO

O combate ao analfabetismo é parte da plataforma de todos os governos que chegam, e não é diferente agora nos tempos *colloridos*.

O governo demonstra que está tentando definir um programa com a participação dos estados. As informações até agora são suficientes para gerar muitos questionamentos, incertezas e críticas.

A secretária nacional de ensino básico do MEC, Ledja Austrilino, esteve em Belo Horizonte, dentro da peregrinação que tem feito, solicitando às autoridades de ensino de cada estado um projeto de alfabetização. Segundo Ledja, o MEC vai garantir a capacitação técnica, os recursos necessários e depois cobrar os resultados.

Em Belo Horizonte, representan-

tes de instituições de ensino questionaram a secretária sobre as verdadeiras intenções do governo em se empenhar num trabalho de alfabetização, ao mesmo tempo em que anuncia a redução de verbas e pessoal nas universidades e não diz nada a respeito do precário funcionamento do ensino como um todo.

Dos corredores oficiais em Brasília, vazou a notícia de desavenças entre o ministro da Educação, Carlos Chiarelli, e a secretária Ledja Austrilino. De Alagoas, ela teria sido indicada por Collor, mas sem a preferência de Chiarelli. Irritado, ele não estaria apoiando o programa que Ledja vem divulgando e ao mesmo tempo definiria outro projeto. De qualquer forma, existem contrapontos evidentes. Chiarelli afirmou que lança, dia 1º de julho, o Programa Nacional de Alfabetização. Ledja disse que o programa começa em agosto.

A secretária não soube dizer quanto será aplicado no projeto e definiu a questão dos recursos como "uma caixa preta". Na verdade, a distribuição de verba deve ser feita pelo ministro que, se não aprovar o projeto, nada feito. Por outro lado, não será nenhuma surpresa a interferência direta de Collor.

Ledja informou que são 32 milhões de analfabetos atualmente no Brasil, com mais de 14 anos. E que o objetivo do programa é alfabetizar 7 milhões em um ano, a partir de agosto. Chiarelli contestou os 32 milhões e disse que o país tem atualmente 23 milhões de analfabetos. Diante de tantos desencontros, as suspeitas giram na hipótese de que a iniciativa da pedagoga de Alagoas seja mais uma entre as inúmeras direcionada para a alfabetização que não passam de discurso. (*Hoje em Dia/Belo Horizonte*, 18/06/90)

Prefeitura faz alfabetização libertadora

A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo implantou este ano um projeto inédito: um convênio com movimentos populares que recebem verbas da prefeitura e alfabetizam adultos. O projeto, chamado de Mova (Movimento de Alfabetização de Adultos de São Paulo), começou a funcionar em janeiro e tem hoje entre 15 mil e 17 mil estudantes. A meta é chegar a 60 mil educandos até o fim do ano — São Paulo tem ho-

je cerca de 1,2 milhão de analfabetos. A secretaria destinou ao projeto quase US\$ 10 milhões (Cr\$ 557 milhões, pelo câmbio livre), incluídos no orçamento de 90. Para participar, a entidade precisa indicar alfabetizadores que terão um curso de 30 horas, dado pela secretaria.

A questão mais polêmica do projeto é política: segundo os boletins do Mova, a entidade candidata a convênio deve "desenvolver trabalhos dentro da concepção político-pedagógica libertadora". A menção a uma proposta político-libertadora soa "ideologizada" para a deputada estadual Guiomar de Mello (PSDB-SP), 47, ex-secretária da Educação. De qualquer forma, a mobilização dos integrantes do Mova deve ser uma das causas de seu sucesso, segundo o secretário-geral do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), Sérgio Haddad, 40. Mas ele afirma que esse engajamento não substitui a formação pedagógica: "Sem formação técnica dos monitores, o projeto corre o risco de naufragar" (*Folha de S. Paulo*, 14/06/90)

Rio de Janeiro vai combater o analfabetismo

Com o projeto Resgate da Cidadania através da Alfabetização, o governador Moreira Franco espera alfabetizar 120 mil pessoas ainda este ano em todo o estado do Rio, onde, segundo o IBGE, 1,2 milhão de pessoas não sabem ler e escrever. Participam do programa 5 400 alfabetizadores, que receberão ajuda equivalente a um salário mínimo, além de um treinamento específico.

O projeto, para o qual o governo já destinou Cr\$ 300 milhões, não se limita, porém, ao ensino de leitura e escrita. Será executado em três etapas, de seis meses cada, e na última delas os alunos terão ocasião de aprender uma profissão, anunciou a secretária estadual de Educação, Fátima Cunha. Além disso, receberão conhecimentos básicos de matemática, organização social e política, meio ambiente e noções de higiene, saúde e bem-estar social. (*Jornal do Brasil*, 20/06/90)

Freire deixará o cargo

Uma nota oficial divulgada pela prefeita Luíza Erundina confirmou a saída do secretário municipal de Educação, Paulo Freire, 69. Segundo a nota, Freire deixará o cargo até o final do ano, para "retomar outras tarefas político-pedagógicas de sua trajetória pessoal — como aulas, conferências, produção de textos". (*Folha de S. Paulo*, 27/06/90)

Governo estuda a ampliação do turno escolar

O turno escolar em todos os colégios públicos do país deverá ser aumentado em duas horas e o ano letivo elevado de 180 para 200 dias. Esta proposta foi apresentada pelo ministro Chiarelli ao presidente Collor, durante reunião para definir as medidas voltadas para o *Ministério da Criança*.

Chiarelli explicou que as mudanças propostas estão dentro de seu programa de erradicar o analfabetismo até o ano 2000. Disse ainda que vai elevar o atendimento da merenda escolar, em 1991, de 28 milhões de crianças para 31 milhões; e a distribuição de livros didáticos vai atingir, este ano, 24 milhões. A meta é criar condições para que os alunos passem a maior parte do dia na escola.

Ao todo, o presidente Collor aprovou o esboço de 18 projetos voltados para o atendimento à criança, envolvendo 76 tipos de ações sociais do governo. Inicialmente, os projetos serão executados com os recursos orçamentários dos ministérios sociais, que dispõem, este ano, de Cr\$ 69 bilhões. (*Jornal de Brasília*, 16/06/90)

Anúncio do Sepe desmente a propaganda do governo do RJ

Desde segunda-feira, dia 18, a TV Globo e o SBT estão exibindo um filme de trinta segundos em que o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe) desmente a propaganda do governo do estado do Rio de Janeiro sobre os aumentos salariais dos professores e sobre as condições das escolas.

No início do filme, aparece uma faixa do Sepe, com inscrição "SOS Educação". Em seguida, vê-se o ator Paulo Betti abrindo a porta de uma sala com dezenas de carteiras amontoadas. Florinda Lombardi, presidente do Sepe, aparece afirmando: "A escola pública está abandonada". (*Jornal do Brasil*, 23/06/90)

Está em votação o projeto de diretrizes da educação

Democratização da educação no país é a linha mestra do trabalho realizado pelo deputado Jorge Hage, na condição de relator do projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cujo segundo substitutivo se encontra em votação desde 23 de maio, na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Se aprovado, este projeto implicará em profundas alterações da política educacional, prevendo a ampliação do ensino básico — antes restrito apenas ao 1º grau —, a eleição direta de reitores de universidades públicas, além do fim da indicação política para diretoria de escolas públicas de 1º e 2º graus.

O segundo substitutivo possui 181 artigos distribuídos pelos seus vinte

capítulos, dos quais seis se encontram completamente votados. Somente após a votação na Comissão de Educação o projeto será encaminhado ao plenário da Câmara dos Deputados para ser apreciado.

Entre os perigos que ameaçam a conclusão deste trabalho está a possibilidade de um outro projeto, elaborado por membros do Senado, vir a atropelar o da Comissão de Educação. Tentativas nesse sentido vêm sendo feitas pela deputada Sandra Cavalcanti e pelos senadores Maciel e Bornhausen, do PFL. (*A Tarde/Salvador*, 14/06/90)



Escolas novas e 660 mil sem aula

O governo da Bahia gastou quase Cr\$ 700 milhões para construir 104 novas escolas, mas deixou 1 841 fechadas por falta de manutenção. Com este dinheiro, seria possível recuperar mil escolas fechadas, para mais de 660 mil alunos que, apesar de matriculados, estão sem aulas.

Quando o ano letivo de 1990 começou, 2 700 colégios públicos dos 4 200 da Bahia estavam fora de funcionamento por falta de infraestrutura

e professores. 900 mil alunos matriculados não podiam estudar. Nos últimos quatro meses, o governo garante ter recuperado 859 unidades, investindo Cr\$ 906,6 milhões. Mas pesa contra a Secretaria da Educação a acusação de que apenas fez reparos de emergência em algumas escolas. Percival Alves, diretor do Sindicato dos Profissionais em Educação, diz que apenas duzentas foram reformadas. (*Jornal do Brasil*, 24/06/90)

Termina a greve de 96 dias no Paraná

Apesar de terem enfrentado mais de três meses de greve, os professores da rede estadual de ensino do Paraná voltaram ao trabalho sem conseguir do governo o atendimento de suas reivindicações. O governo suspendeu os processos por abandono de emprego, que movia contra 200 professores, mas não voltou atrás quanto ao desconto dos dias parados.

No Rio Grande do Sul, os professores, em greve há 44 dias, além da intransigência por parte do governo, têm enfrentado a resistência de pais e estudantes das escolas públicas,

que organizaram um Comitê Pró-aula, pressionando pelo fim da greve.

Em Juiz de Fora (MG), os funcionários das escolas decidiram manter a greve iniciada em 10 de junho, recusando a contraproposta do governo, de aumento de 35%. Optaram por unificar a sua luta à do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino (UTE), que coordena a greve dos professores da rede estadual.

Os professores do Espírito Santo rejeitaram o abono do governo e decidiram manter a greve, iniciada no dia 21 de maio. (*CEDI*, 11/06/90)

Mandela rejeita apelo de Bush

O presidente dos Estados Unidos, George Bush, pediu ao líder negro sul-africano Nelson Mandela que "renuncie ao uso da violência". Em resposta, Mandela afirmou que o presidente americano "está mal-informado" a cerca da real situação na África do Sul, onde o governo é que "força" os negros a recorrer à luta armada. O líder negro pediu a Bush que o consulte antes de levantar o bloqueio econômico imposto ao regime de Pretória.

Mandela foi recebido no dia 25 pelo presidente Bush na Casa Branca. Eles se reuniram por quase duas horas antes de almoçar juntos. Em

resposta ao pedido de "não fazer nada sem consultar o Congresso Nacional Africano (CNA)", o presidente americano disse a Mandela que é o Congresso dos Estados Unidos que vai determinar se a pressão contra o governo sul-africano deve ser mantida ou suspensa.

Bush argumentou para que o CNA abandone a luta armada citando o líder negro americano Martin Luther King: "Não devemos apagar nossa sede de violência bebendo na fonte da amargura e do ódio". Mandela respondeu que se o governo sul-africano "estivesse disposto a negociar" não haveria necessidade de recorrer

à violência. "Mas não temos alternativa", completou o líder negro.

"Quando um governo decide banir as organizações políticas dos oprimidos, intensificar a repressão e não permitir nenhuma atividade política", afirmou Mandela, "então o povo não tem outra opção a não ser recorrer à violência".

O CNA condenou em Johannesburg a libertação dos onze militantes da extrema direita branca acusados de planejar o assassinato de Nelson Mandela. Eles foram presos e soltos em seguida, depois que um jornal de oposição lançou a acusação. (*O Estado de S. Paulo*, 26/06/90)

Rússia aprova declaração de soberania

O Soviete Supremo da Rússia aprovou uma declaração de soberania e direito de independência da maior república soviética, que estabeleceu também a primazia de suas leis sobre as da URSS. A nova lei recebeu apoio de 907 parlamentares, com apenas treze votos contra e nove abstenções.

No início dos trabalhos do Parlamento, porém, os deputados russos rejeitaram o projeto apresentado por Yeltsin que previa a aplicação imediata da legislação que garante a autonomia da Rússia. Ruslan Khasbulatov, vice-presidente do Parlamento e aliado de Yeltsin, reconheceu que a proclamação serve apenas como uma declaração de intenções e não tem força legal. (*Jornal da Tarde*, 13/06/90)

Eslovênia quer sua independência

O presidente esloveno Milan Kucan anunciou que o parlamento eleito em abril começará a trabalhar num esboço de Constituição que tornará a rica República da Eslovênia totalmente independente das outras cinco unidades da federação iugoslava. Kucan afirmou que a república terá seu próprio exército e política externa. O anúncio de Kucan colocou a Eslovênia em rota de colisão com o governo da Sérvia, a maior das repúblicas iugoslavas e ainda dirigida pelos comunistas. Na Eslovênia e Croácia, os comunistas foram derrotados nas primeiras eleições parlamentares livres desde 1945, dando lugar a governos nacionalistas e de tendência conservadora. (*O Estado de S. Paulo*, 26/06/90)

Onda de separatismo aumenta no Canadá

A discussão acerca da possível divisão do Canadá cresceu depois que as províncias de Manitoba e Terra Nova anunciaram que não aprovariam a emenda constitucional que dava a Quebec o status de "sociedade distinta". Logo depois do anúncio das Assembléias das duas províncias, o governador de Quebec, Robert Bourassa, dirigiu-se ao parlamento quebequense em discurso de alto teor nacionalista. Ele é apoiado por Jacques Parizeau, líder do Partido Quebequense. Descartada a votação nas duas províncias, o primeiro-ministro canadense, Brian Mulroney, garantiu que "novos caminhos" seriam procurados para evitar a separação de Quebec. (*O Estado de S. Paulo*, 26/06/90)

Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAÇO
DR/RJ
ISR - 52-655/87



UP-CT PRINCIPAL